

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v15.n35.12>

Um amador na periferia do capitalismo: *Quincas Borba* e a oblíqua revolução de Machado de Assis

An amateur on the periphery of capitalism: Quincas Borba and Machado de Assis' oblique revolution

Rony Márcio Cardoso Ferreira*

Pedro Guilherme Lopes de Macedo**

Ana Luiza Oliveira Postinger***

Resumo: Considerado pela crítica um dos maiores escritores do século XIX, Machado de Assis revolucionou o modo de produzir literatura no Brasil. Com textos críticos e narradores irônicos, Machado deu um passo adiante no que até então se entendia por literatura nacional, representando não as nossas exóticas paisagens, mas os intrincamentos dos abismos social e cultural brasileiros. O autor de *Memórias póstumas* (1881) inovou ao chamar o leitor para participar da construção das histórias que escreveu e, de forma reflexiva e até certo ponto dialética, problematizou grandes discussões de seu tempo, fossem elas sociais, morais ou filosóficas – não dando a elas respostas, mas concedendo ao leitor um espaço de reflexão. A partir dessas inferências, o presente artigo busca apresentar uma leitura do romance *Quincas Borba*, publicado em 1891, no intuito de apresentá-lo enquanto uma oblíqua revolução no âmbito da prosa de seu autor, um crítico mais afeiçoado à ficção que aos manifestos. Para tanto, esta leitura tomará como base, entre outros, os postulados de Antonio Candido (1991; 2015), Silviano Santiago (2008) e Roberto Schwarz (1987; 2000a; 2000b; 2014), estudiosos que consideramos basilares para o estudo da literatura e da cultura brasileira bem como da obra de Machado de Assis.

Palavras-chave: Literatura. Sociedade. Periferia. Capitalismo. Machado de Assis.

Abstract: Considered by critics one of the greatest writers of the 19th century, Machado de Assis revolutionized the way of producing literature in Brazil. With critical texts and ironic narrators, Machado took a step forward in what was previously understood as national literature, representing not our exotic landscapes, but the intricacies of Brazilian's social and cultural abysses. The author of *Memórias póstumas* (1881) innovated by calling the reader to participate in the construction of the stories he wrote and, in a reflexive and to some extent dialectical way, problematized major discussions of his time, whether social, moral or

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

*** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

philosophical – not providing answers, but giving the reader space for reflection. Based on these inferences, this article seeks to present a reading of the novel *Quincas Borba*, published in 1891, sustaining it as an oblique revolution, giving the writer Machado nuances of a critical Machado more fond of fiction than of manifestos. Therefore, this reading will be based, among others, on the postulates of Antonio Candido (1991; 2015), Silviano Santiago (2008) and Roberto Schwarz (1987; 2000a; 2000b; 2014), scholars who we consider fundamental for the study of Brazilian literature and culture, as well as the work of Machado de Assis.

Keywords: Literature. Society. Periphery. Capitalism. Machado de Assis.

[...] a fórmula viveu no espírito de Rubião por alguns dias: – Ao vencedor, as batatas! Não a compreenderia antes do testamento; ao contrário, vimos que a achou obscura e sem explicação. Tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão (ASSIS, 2012, p. 72).

Considerações iniciais: pela porta dos bares mal-afamados

Machado de Assis é, reconhecidamente, um dos mais importantes escritores da literatura brasileira, além de ser considerado pela maioria dos críticos nosso maior expoente no que tange ao romance do século XIX. Sendo “filho de um operário mulato e de uma pobre imigrante portuguesa” (CANDIDO, 2015, p. 64), representou muito bem a realidade do povo brasileiro de seu tempo, tanto em sua obra quanto no que foi a sua vida. Nas palavras de Antonio Candido (2015, p. 65), o escritor “impôs-se aos grupos dominantes pela originalidade da obra e o vigor da personalidade discreta, chegando a um reconhecimento público que raros escritores conseguiram no Brasil”. Mesmo tendo alcançado certo reconhecimento em vida, coisa rara entre os escritores brasileiros, a produção literária de Machado de Assis, bem como sua compreensão por parte da crítica, não se deu de forma linear.

Dessa produção, ocupa peculiar espaço a obra *Quincas Borba*, publicada primeiramente em folhetim pela revista *A Estação*, entre os anos de 1886 e 1891, e, em seguida, após revisão do autor, em forma de romance, na virada entre 1891 e 1892, segundo declara José Veríssimo (1892). Na esfera narrativa, talvez seja o romance machadiano que apresenta maior complexidade, pois “Machado de Assis não se sente obrigado a concentrar a narrativa num núcleo expositivo único” (EULÁLIO, 2015, p. 114) e apresenta um narrador em terceira pessoa, o qual às vezes parece-nos onisciente e outras vezes não. Também

foi um marco à sua época por possibilitar uma compreensão filosófica, dialogando com grandes clássicos – como *Fausto* (1829), de Goethe, *Dom Quixote* (1605), de Miguel de Cervantes, e *Cândido e o Otimismo* (1759), de Voltaire – e expoentes da produção científica e filosófica da época, a saber, o darwinismo social e o pessimismo de Schopenhauer.

Segundo Candido (2015, p. 67), Machado de Assis foi “o primeiro narrador brasileiro” a suportar uma leitura filosófica, tanto que Augusto Meyer chegou a postular a existência de uma filosofia machadiana por meio das narrativas do autor (CANDIDO, 1977). Ademais, sobre isso, o romance de 1891 não fugiria à regra, pois apresenta uma crítica social aguçada e se sobressai em face das suas produções realistas contemporâneas: Assis colocou em cena aqueles a quem a Literatura ainda não tinha permitido muito espaço. As mulheres das obras machadianas, por exemplo, são representadas para além da ótica do romântismo piegas, por meio de vazios silenciosos, acinzentados, nunca tão positivistas e dicotômicos quanto, antes, supunha-se que fossem⁴. Não foi por acaso que Silviano Santiago (2008, p. 45) certa vez afirmou: “fica claro que se se quiser falar de realismo em Machado de Assis terá que ser pela porta dos bares mal-afamados”.

Além disso, é Machado quem decide que, para fazer literatura brasileira, era preciso mais do que elencar nomes de árvores e animais. A sociedade brasileira era composta também pela corrupção do Segundo Império, pela burguesia europeizada e caricata que ocupava os mais nobres bairros do Rio de Janeiro e pelas pessoas pretas e escravizadas que ainda não tinham sido libertadas, as quais tiveram, sem pouca reserva, a própria humanidade sequestrada. Ao invés de propor um manifesto, Machado redesenhou ficcionalmente, com linhas tortas e ácida ironia, o seu entorno, escrevendo narrativas repletas de camadas que fizeram dele, sem sombra de dúvida, o que Agamben (2009) chamou, muitos anos depois, de homem contemporâneo.

Tendo como base tais questões, o presente artigo se subdivide em três seções, buscando examinar, respectivamente, a figura de Machado de Assis enquanto um intelectual brasileiro cuja obra reflete, de certo modo, os problemas socioculturais do Brasil no Segundo Reinado, dialogando, inclusive, com grandes obras da literatura; o personagem Rubião, do romance *Quincas Borba* (1891), no que concerne

⁴ Vale ressaltar que esse postulado não deve pressupor um ponto de vista generalista, sobretudo quando pensamos nas mais recentes leituras críticas dos romances de Joaquim Manuel de Macedo e José Alencar (CASTRO, 2011).

à sua trajetória enquanto um herdeiro amador na periferia do capitalismo; e, por fim, o sentido do capricho e da crueldade dos homens livres no mesmo romance de Machado a partir de leituras já existentes no cenário da crítica brasileira, principalmente aquelas apresentadas por Antonio Candido (1991; 2000), Silviano Santiago (2008) e Roberto Schwarz (1987; 2000a; 2000b; 2014).

Machado, um intelectual de seu tempo

Machado Assis foi um grande leitor, não só de obras literárias como também de seu tempo. Por meio de sua ficção, observamos referências inúmeras tanto a textos da literatura estrangeira quanto a importantes filósofos. O papel de Assis leitor amplia-se ainda mais quando o observamos enquanto intelectual de seu tempo atento não só ao bom manejo da pena como também à conjuntura histórica e social do Brasil na passagem do século. A imagem do leitor, em amplo sentido, tem sido cara à literatura não só porque no polo diametralmente oposto ao autor está a recepção, mas porque a própria literatura se ocupou da investigação de perfis de personagens leitores, a exemplo do que fizeram, em suas próprias ficções, Jorge Luis Borges, Franz Kafka, Miguel de Cervantes, Gustave Flaubert, James Joyce, Liev Tolstói, para citarmos apenas alguns. Ricardo Piglia (2006), ao examinar esses casos a partir de um questionamento central – “o que é um leitor?” –, afirma ser a indagação inerente à própria literatura. Conforme o crítico, “essa pergunta a constitui, não é externa a si mesma, é sua condição de existência. E a resposta a essa pergunta – para benefício de todos nós, leitores imperfeitos porém reais – é um texto: inquietante, singular e sempre diverso” (PIGLIA, 2006, p. 25).

Porque real e multifacetado, o escritor brasileiro não se reduz a nem um dos perfis de leitor construídos por Piglia em seu ensaio. Por outro lado, particularidades distintas desses diversos tipos de leitores imaginários nos permitem compreender certos traços do Machado leitor. O primeiro e decisivo aspecto que ressaltamos tem a ver com a sua faceta de tradutor. Se no conjunto da obra de Borges, por exemplo, a figura do leitor é privilegiada; em um de seus contos mais conhecidos, “Pierre Menard, autor do Quixote” (2007), um tipo específico se destaca: o escritor que é também leitor-tradutor. Menard, ao tentar reescrever o *Quixote* de Cervantes, conclui que o modo mais fácil de obter esse êxito seria tornar-se, ele mesmo, Miguel de Cervantes – isto

é, viver no mesmo século em que o mestre, dominar a língua espanhola, professar a fé católica; em suma, vivenciar as mesmas experiências pelas quais passou o escritor espanhol. A partir do clássico conto de Borges, vemos como questões relativas à história e à ideologia se interpõem tanto no ato da escritura quanto no da leitura de um texto. Ao fim de sua empreitada na tentativa de reescrever a obra espanhola, os capítulos deixados por Pierre Menard, ainda que coincidam em todas as letras com o texto de Cervantes, permitem leituras distintas, já que toda escritura funciona como um ato de interpretação e, por isso mesmo, é datada e provisória.

Segundo o *Dicionário de tradutores literários no Brasil* (2012), Machado de Assis traduziu os mais diversos autores. “Entre os principais [...], destacam-se: Alexandre Dumas, Alfred de Musset, Charles Dickens, Chateaubriand, Dante, Edgar Allan Poe, Heine, La Fontaine, Lamartine, Molière, Schiller, Victor Hugo, William Cowper e William Shakespeare” (MAFRA, SCHRULL, LIMA, 2012, s.p.). Há diversos estudos sobre as traduções de obras realizadas por Machado, mas um, em particular, nos fornece ao menos como sugestão um questionamento que vem a se ligar com as nossas preocupações: é o trabalho empreendido por João Roberto Faria, “Machado tradutor de teatro”, publicado na coletânea *Machado de Assis – tradutor e traduzido* (2012). Em seu texto, o pesquisador se indaga:

Pergunto-me também: dessas traduções, o que teria ficado na mente do escritor, a ponto de ser reaproveitado em suas crônicas, contos e romances, em diálogos intertextuais que demandam investigação? Sabemos que a enorme cultura teatral de Machado, adquirida em sua mocidade, está presente nos trabalhos do escritor maduro (FARIA, 2012, p. 46).

Nesse sentido, vemos como podem ser proveitosas as aproximações entre leitura, tradução e escritura, assim como já demonstrou a crítica ocupada com o fenômeno tradutório, em seus aspectos filológicos e psicanalíticos, a exemplo de Rosemary Arrojo em *Tradução, desconstrução e psicanálise* (1993). Tais aproximações tornam-se ainda mais emblemáticas quando observamos os diversos vínculos propostos pela própria literatura, como ocorre no conto de Borges anteriormente mencionado. A fim de que o paralelo não pareça forçoso, lembremo-nos da declaração feita por Jacques Derrida, em seu ensaio “O que é uma tradução relevante?” (2000, p. 14): “admiração

por aqueles que considero os únicos a saber ler e escrever: as tradutoras e [os] tradutores”. Sob essa perspectiva, as traduções empreendidas por Machado, a par do que indaga João Faria (2012) em seu estudo, funcionam, analogamente, como as reminiscências herdadas de Shakespeare por seu leitor alemão Hermann Soergel, em “A memória de Shakespeare” (2011), outro conto de Borges, em que vemos a herança reclamada por meio da leitura.

Se por um lado o autor de *Quincas Borba* torna-se herdeiro de toda uma tradição por meio da leitura e da tradução de obras alheias, por outro Machado não deixa de ser também um leitor-herdeiro de seu tempo, ocupado com os meandros das relações sociais de seu século. Foi nesse sentido que Roberto Schwarz (1987) declarou ser Assis um escritor nacional sem as tintas do nacionalismo. Em “Duas notas sobre Machado de Assis”, Schwarz (1987, p. 165) afirma que a crítica machadiana problematizou, durante muito tempo, a questão relativa à sua “falta da intenção e do colorido nacional: seria um literato estrangeirado, sem interesse pelos problemas pátrios”. Rebatendo essa tese, Schwarz defende a presença de ideias universais convivendo oportunamente com questões nacionais na literatura do escritor. Em outras palavras, o crítico opta por ver Machado e sua obra a partir da dialética entre o local e o universal, observando que o escritor

[...] foi mais longe que outros na transcrição do dado social, bem como no aproveitamento crítico da literatura brasileira anterior, o que paradoxalmente o levava a dispensar os apoios do pitoresco e do exotismo, e lhe permitia integrar sem servilismo os numerosos modelos estrangeiros de que se valia. Em consequência, é nosso primeiro romancista que se pode ler sem o desconto de simpatia devido ao compatriota, não sendo por isto menos nacional (SCHWARZ, 1987, p. 168).

Parece-nos suficientemente claro, portanto, que, embora não se enquadre em uma única tipologia dos leitores imaginários, como conceituado por Piglia em *O último leitor* (2006), Machado parece superar os exemplos. Mesmo assim, a ele é digno o epíteto de “último leitor” em amplos sentidos: último no sentido de exímio. Em outras palavras, Assis pode ser visto como um último leitor do Brasil oitocentista, porque foi um observador de seu tempo e contexto, porque soube interpretar o papel do escritor-tradutor como figura de suma importância na disseminação de tendências estéticas, literárias e culturais em cir-

cunstâncias distintas daquelas em que um texto é produzido e, dentre outros fatores, porque soube problematizar, inclusive, a figura do leitor em sua própria literatura (GUIMARÃES, 2004). Não foi por acaso que o próprio autor, em “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade” (2015), afirmou declaradamente, distante dos pactos inerentes ao mundo ficcional: “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, *que o torne homem do seu tempo* e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 2015, p. 1.179, grifo nosso). Por isso, como veremos a seguir, acreditamos que *Quincas Borba* (1891) não deixa de ser, ainda que pouco discutido, um romance relevante para pensarmos o projeto intelectual de Machado na condição de “homem do seu tempo”.

Rubião, um amador na periferia do capitalismo

Há diferentes caminhos que podem ser tomados para que se reconheça como verdadeiro e apropriado o predicado dado por Roberto Schwarz a Machado de Assis no título do seu livro seminal *Um mestre na periferia do capitalismo* (2000b). A partir da tese de que certos aspectos próprios da sociedade brasileira contemporânea a Machado de Assis são problematizados em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), acreditamos, ressalvadas as possíveis diferenças, que os postulados de Schwarz se ampliam frente ao romance posterior do escritor, *Quincas Borba* (1891), especialmente quando nos voltamos à figura de Rubião, o protagonista da narrativa. Schwarz se põe a demonstrar como a prosa machadiana e a figura do narrador-personagem Brás Cubas conseguem estilizar aquilo que seria uma conduta própria à classe dominante brasileira, fração constituinte de uma sociedade mal formada, sob o ponto de vista do paradigma das ideias do liberalismo europeu. Em “Uma desfaçatez de classe”, mais especificamente em “A matriz prática”, o crítico afirma que “a volubidade do narrador e a série dos abusos implicados retêm a feição específica, ou [...] configuram a ‘redução estrutural’ de um movimento que a circunstância histórica impunha – ou facultava, conforme o ponto de vista – à camada dominante brasileira” (SCHWARZ, 2000b, p. 25).

Essa mesma noção de formação social, e particularmente a sua dissonância com o paradigma liberal do século XIX, pode ser também identificada em *Quincas Borba* (1891) sob outros aspectos formais, à semelhança do que defendera o próprio Schwarz em “As ideias fora

do lugar”, ensaio presente no livro *Ao vencedor, as batatas* (2000a). Em suma, Machado de Assis é também um mestre na periferia do capitalismo na medida em que Rubião se mostra um amador nos limites do romance de 1981. Todo o problema circunscrito à ideia de formação nacional em Machado de Assis parece captado e potencializado por meio de uma visada tragicômica que o escritor faz questão de associar à sociedade do Segundo Reinado no Brasil. Logo no prefácio de *Um mestre na periferia do capitalismo*, Schwarz (2000b, p. 10, grifo nosso) declara:

A possível correspondência entre o estilo machadiano e as particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo, me ocorreu pouco antes de 1964 [...]. No que diz respeito à interpretação social, o raciocínio depende de argumentos desenvolvidos na Universidade de São Paulo pela geração de meus professores, em especial um grupo que se reunia para estudar *O capital* com vistas à compreensão do Brasil. O grupo chegara à audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do *atraso brasileiro* não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso.

Assim, segundo a perspectiva adotada pelo crítico, podemos dizer que o atraso brasileiro foi, desde sempre, alimentado pelo pernicioso progresso do mundo moderno. Por extensão, o atraso se torna, em *Quincas Borba* (1891), algo que está para além do floreio ficcional, sendo ilustrado, sobretudo, pela condição ocupada pelo protagonista do romance. Vale ressaltar que a qualificação do atraso se dá na medida em que, no século XIX, ganhavam arquitetura e força as ideias do liberalismo europeu. Sendo, naquele momento, a economia brasileira pautada na produção escravista e orientada para o mercado externo e, por esse último motivo, em crescente expansão pelas camadas dominantes, a ideologia burguesa se aclimatava no cenário nacional constituindo uma comédia do descompasso e do absurdo. Dentro do ideário burguês, o princípio do trabalho livre em choque com a realidade nacional, em que ainda vigorava a escravidão e a prática do tráfico negreiro, produzia, no Brasil, uma verdadeira aberração ideológica. Em “As ideias fora do lugar”, Schwarz (2000a, p. 13) afirma:

Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez

que dominava no comércio internacional, para onde nossa economia era voltada [...]. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.

É o que sustenta Sérgio Buarque de Holanda quando expressa, logo no primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil* (1995, p. 31), que a importação da cultura europeia fez dos brasileiros “uns desterrados em nossa terra”. Essas contradições levantadas por Holanda e Schwarz nos levam a perceber que Rubião é, salvo engano, um dos vários exemplos modelares de personagens que ilustram a desajustada modernização pela qual o país passou durante o tempo de Machado de Assis. Tal questão vê-se logo aludida quando o protagonista recebe o testamento do personagem cujo nome dá título ao romance. Embora narrado somente no Capítulo XIV, esse episódio manifesta suas consequências desde as primeiras páginas do romance. Isso, porque o narrador em terceira pessoa não segue, a cada capítulo, a costumeira orientação cronológica típica do romance oitocentista. Em alguns momentos a sequência da trama abre alguns parênteses, em forma de capítulos, para tratar de situações passadas.

O romance se inicia com uma cena em que Rubião, desfrutando da sua propriedade, uma “grande casa de Botafogo”, compara a sua situação passada com a presente. Antes professor e agora capitalista, Rubião ascendeu socialmente. Com a ascensão, o orgulho da casa bem decorada e da vista para a enseada. As suas “chinelas de Túnis”, presente do amigo Cristiano Palha, apontam para a condição burguesa de seu ciclo social, privilegiado com a possibilidade de realizar viagens ao exterior e importar bens de consumo estrangeiros. O narrador, logo nas primeiras linhas, já nos dá alguns indícios de certa inclinação de Rubião pelo gosto das aparências: “Rubião [...] olha para si, para as chinelas [...], para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade” (ASSIS, 2012, p. 47).

Já no Capítulo III podemos notar pelo menos mais dois fatos relevantes. Em primeiro lugar, os indícios da exuberância de Rubião se evidenciam mais fortemente: o narrador descreve uma cena em que o protagonista contempla a bandeja e a louça com que seu criado lhe

servia o café. Esse narrador exhibe os pensamentos do personagem, que divaga sobre a sua preferência em matéria de metais preciosos. Destacamos o fato de que o legítimo burguês Cristiano Palha é quem convence Rubião sobre o valor do bronze:

Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara, e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada. Prata, ouro, eram os metais que amava de coração; não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço, e assim se explica este par de figuras que aqui está na sala, um *Mefistófeles* e um *Fausto*. Tivesse, porém, de escolher, escolheria a bandeja – primor de argenteria, execução fina e acabada. O criado esperava teso e sério. Era espanhol; e não foi sem resistência que Rubião o aceitou das mãos de Cristiano; por mais que lhe dissesse que estava acostumado aos seus crioulos de Minas, e não queria línguas estrangeiras em casa, o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos. Rubião cedeu com pena (ASSIS, 2012, p. 48).

A citação nos fornece ainda um segundo aspecto digno de ser pensado: o fato comum da posse de “criados”. Cristiano, o mesmo personagem que lhe presenteou com as “chinelas de Túnis”, convence, desta vez, Rubião a aceitar dele um criado espanhol e branco. A justificativa, amparada por argumentos racistas, é a de que os criados brancos seriam preferíveis em relação aos negros. Aqui, pensamos em duas hipóteses: 1) a burguesia “libertava” os negros em função dos ideais liberalistas e “aprisionava” o homem branco e “livre”; 2) à semelhança da análise empreendida por Antonio Candido (1991) em “De cortiço a cortiço” sobre a violência social no romance de Aluísio Azevedo, a posse de criados brancos seria uma forma de autoafirmação da superioridade de classe da burguesia. Rubião resiste, mas consente. Curioso é notar, no entanto, a maneira como Rubião teria ascendido da condição de professor para a de capitalista, chegando a ser proprietário de uma grande residência num bairro nobre do Rio de Janeiro – a capital do Brasil no contexto do Segundo Reinado – e possuidor de “criados”.

Ao final do Capítulo III o narrador pré-anuncia o retorno que ocorrerá no capítulo seguinte de alguns meses no tempo para contar a história do relacionamento de Rubião com Quincas Borba (homem). Esse Quincas Borba, explica o narrador, seria o mesmo que aparece em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Aqui, por outro lado, ficamos sabendo que Rubião e o mencionado personagem –

um decadente filósofo – desenvolvem certa relação. Pretendente de Maria da Piedade, irmã de Rubião, esse último insiste no casamento entre os dois, mas não sucede. À época, o professor era morador de Barbacena, e Quincas tinha lá alguns parentes, entre eles um tio que lhe deixa uma herança. Tal relação se intensifica no momento em que o herdeiro adoece. Rubião, seu último amigo, se voluntaria para cuidar do doente. Entre o Capítulo IV e o XVIII, lemos o desenvolvimento desse vínculo e da doença do filósofo, que culmina em sua morte e na consequente herança de seus bens por parte de Rubião. É o que nos informa o narrador no Capítulo XIV:

Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás. Adivinhais por quê. Era nomeado herdeiro universal do testador. Não cinco, nem dez, nem vinte contos, mas tudo, o capital inteiro, especificados os bens, casas na Corte, uma em Barbacena, escravos, apólices, ações do Banco do Brasil e de outras instituições, jóias, dinheiro amoeado, livros, - tudo finalmente passava às mãos do Rubião, sem desvios, sem deixas a nenhuma pessoa, nem esmolos, nem dívidas (ASSIS, 2012, p. 66).

Nas palavras de Marcos Fernandes (2008, p. 111, grifo do autor), “essa herança ativa um movimento que o transforma de ex-professor em homem de negócios e deve ser compreendida como chave para uma análise materialista de *Quincas Borba*”. Ainda segundo o estudioso, a herança de Rubião, além de determinar o destino do protagonista na trama, aponta para os problemas históricos próprios da sociedade brasileira contemporânea a Machado de Assis. Isso, porque, conforme a passagem do romance, convivem no mesmo universo narrativo a condição de trabalhador livre – já que o próprio Rubião fora professor – e a de escravo. A isso, soma-se o funcionamento de instituições bancárias, figurando, ambos, como elementos que comporiam a estrutura econômica e social da narrativa. É importante notar que se trata de “um patrimônio que possibilitará a multiplicação do investimento inicial. Portanto, não se trata de dinheiro, mas sim de capital” (FERNANDES, 2008, p. 114). Além disso, o fato de Rubião ter herdado o seu capital torna-se um aspecto relevante frente à intriga do romance, pois, como compreende Fernandes (2008, p. 114):

Este dado não é casual nem secundário: uma vez que vigorava o trabalho escravo no Brasil, existe grande dificuldade em identificar a gênese e o desenvolvimento do processo de acumulação primitiva; logo, como não se observa os mecanismos de formação de riqueza, ela já aparece

pronta. O fato de não encontrarmos este processo exposto em *Quincas Borba*, ou em qualquer outro livro de Machado de Assis, mostra como ele identificou um problema de ordem econômica e como ele o internalizou, tornando-o elemento estruturador da trama romanesca.

No contínuo da narrativa, temos a saga do herdeiro Rubião e suas desventuras na cidade do Rio de Janeiro. É fato que as questões relativas ao atraso brasileiro figuram em diversas instâncias do romance de Machado, conforme visto. Junto a elas somam-se as relações interpessoais desenvolvidas pelo protagonista, o seu modo de vida e a sua trajetória, que culmina, ao fim do romance, em sua loucura e morte, permitindo-nos qualificá-lo como um recente burguês amador na “periferia do capitalismo”; metáfora que, em poucas palavras, diz respeito ao lugar do Brasil enquanto ex-colônia na sinfonia internacional do *Zeitgeist* liberal no século XIX, como elucida Schwarz (2000b, p. 27):

Esta complementaridade entre instituições burguesas e coloniais esteve na origem da nacionalidade e até hoje não desapareceu por completo. Pela posição-chave, e também pelo pitoresco, no qual se registra o *desvio* em relação ao modelo canônico anglo-francês, aquela articulação – deconjugada por natureza – tem estado no centro da reflexão literária e teórica sobre o país, de que se tornou quase a marca distintiva. Contudo basta considerar a nova divisão internacional do trabalho, em que às ex-colônias coube o papel de consumidores de manufaturados e fornecedores de produtos tropicais, para entender que o desenvolvimento moderno do atraso só em primeira instância era uma aberração brasileira (ou latino-americana). O fundamento efetivo estava no que a tradição marxista identifica como “o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”.

Em outras palavras, o “desvio” da norma – o cânone liberal anglo-francês –, faz(ia) do Brasil um país periférico; por outro lado, essa condição funciona(va) em proveito do capital internacional. É esse o espaço onde Rubião, criatura de Machado de Assis, será protagonista – o que não significa a sua boa-ventura – e eis o porquê de o qualificarmos como um amador.

No Capítulo XXI, ainda quando os bens de Quincas Borba estavam sob a condição de inventário, Rubião parte para o Rio de Janeiro para tratar do assunto. Na estação de Vassouras, entra no trem o casal Sofia e Cristiano Palha, aqueles que serão os antagonistas do personagem. Cristiano é quem repara na figura de Rubião, único rosto

aparentemente contente na multidão de insatisfeitos. Palha então puxa assunto com o mineiro. Sobre os diversos assuntos que conversam, ressalta-se o diálogo a respeito da linha de trem – que consideram ser um progresso –, da política, da escravatura e da arquitetura da corte em comparação com a de países europeus:

Da lavoura passaram ao gado, à escravatura, e à política. Cristiano Palha maldisse o governo, que introduzira na fala do trono uma palavra relativa à propriedade servil; mas, como grande espanto seu, Rubião não acudiu à indignação. Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem; se alguma coisa perdesse, o resto da herança cobriria o desfalque. Demais, a fala do trono, que ele também lera, mandava respeitar a propriedade atual. Que lhe importavam escravos futuros, se os não compraria? (ASSIS, 2012, p. 74).

As posições políticas antagônicas entre os personagens manifestam a divergência entre seus interesses no que diz respeito a uma possível mudança em relação à propriedade de escravos no Brasil oitocentista. Compreende-se, pois, uma discordância ideológica entre ambos. Se, de um lado, Palha teme um eventual prejuízo decorrente das reformas, manifestando uma posição conservadora, Rubião faz delas pouco caso. Tal fato é digno de curiosidade na medida em que, tratando-se das consequências da justaposição entre dois sistemas díspares – a estrutura do capital incompatível em princípios com a vigência da escravidão –, o tráfico negreiro continuou a ser lucrativo até a sua queda por volta de 1850, bem como a produção escravista do café (HOLANDA, 1995). Ademais, “O estatuto colonial do trabalho, desassistido de quaisquer direitos, passava a funcionar em proveito da recém-constituída classe dominante nacional, a cujo adiamento a sua continuidade interessava diretamente” (SCHWARZ, 2000b, p. 26).

Em outras palavras, a falta de um aparato jurídico que garantisse direitos mínimos aos então ditos trabalhadores livres, que deveriam, portanto, ser remunerados, continuava a fortalecer a camada dominante. Nesse sentido, a posição ideológica de Palha, em termos de proveito econômico, é a que mais se mostra em consonância com os seus interesses de classe – o lucro. A insistente displicência de Rubião com relação às suas posições políticas e aos presumíveis interesses de um sujeito capitalista bem como o seu comportamento consumista e exuberante se mostram como uma característica que, assimilada à estética de Machado e tratada com certa ironia e escárnio ao longo

do romance, demonstra a ignorância do personagem em relação aos mecanismos de funcionamento do capitalismo. Ainda no Capítulo XXI, Rubião conhece e dialoga com Sofia, a esposa de Cristiano. Esse é um dos fatos centrais na estruturação da narrativa, pois é a partir dele, sobretudo, que se dará a tensão conflitiva e o desenvolvimento trágico do personagem. Estabelecidas as relações entre o protagonista e o casal Palha, na medida em que o convívio entre ambos se acentua, Rubião se mostrará apaixonado pela moça.

Em certa ocasião, por exemplo, o mineiro, crendo-se correspondido, declara-se a Sofia. Adiante, no Capítulo L, a mulher comenta sobre o ocorrido com o esposo, sugerindo-lhe que cortassem relações com Rubião. O marido, por outro lado, tem planos para que a paixão do amigo pela sua esposa funcione em proveito do casal: Cristiano pede a Sofia que continue alimentando o desejo de Rubião, a fim de que eles pudessem continuar explorando o ingênuo herdeiro. Ressalta-se, na passagem do diálogo entre ambos, a justificativa de que Cristiano devia-lhe “muito dinheiro” (ASSIS, 2012, p. 117-123). Isso, porque o ingênuo capitalista, uma vez inserido no ciclo social do casal, vivia lhes oferecendo presentes e fazendo-lhes empréstimos financeiros. Entretanto, será a partir desse ocorrido que Cristiano aproveitar-se-á das tentativas de Rubião frente à expansão do seu capital, convidando-o para ser seu sócio numa empresa de importação:

Rubião é sócio do marido de Sofia, em uma casa de importação, à rua da Alfândega, sob a firma Palha & Cia [...]. Apesar de fácil, Rubião recuou algum tempo. Pediam-lhe uns bons pares de contos de réis, não entendia de comércio, não lhe tinha inclinação. Demais, os gastos particulares eram já grandes; o capital precisava do regime do bom juro e alguma poupança, a ver se recobrava as cores e as carnes primitivas. O regime que lhe indicavam não era claro; Rubião não podia compreender os algarismos do Palha, cálculos de lucros, tabelas de preço, direitos da alfândega, nada; mas a linguagem falada supria a escrita. Palha dizia coisas extraordinárias, aconselhava ao amigo que aproveitasse para pôr o dinheiro a caminho, multiplicá-lo (ASSIS, 2012, p. 154-155).

Não tardaria, porém, para que Cristiano, que enriquecia às vistas de todos, vislumbresse a possibilidade de continuar multiplicando o seu capital sozinho, rompendo a sociedade com o protagonista. Justificando que tinha sido convidado a ocupar a vaga de diretor numa casa bancária, o marido de Sofia propõe o fim da sociedade. Rubião,

envolvido com a esperança de se tornar político, como lhe convencia Camacho – outro que se aproveita do inepto personagem –, cede. Uma vez desfeita a sociedade, não havia mais motivos, da parte do casal Palha, para que a relação com o herdeiro perdurasse, já que se tornava cada vez mais incômoda por conta dos acessos de paixão dele por Sofia. Além disso, Rubião demonstrava sinais de loucura, proclamando ser ele Napoleão III. Dentre outros meandros, o estado psíquico do capitalista amador complicar-se-á cada vez mais, o que desencadeará sua falência e morte.

Tornam-se consideráveis, nesse ponto, as inferências apresentadas por Fernandes (2008, p. 112), tendo em vista a problemática da herança legada de Quincas Borba a Rubião:

Como desdobramento de tudo isso, temos ainda a intensificação dramática da personalidade de Rubião, que, incapaz de dominar o âmbito econômico no qual se inscreve e balançando entre duas estruturas históricas contraditórias, inicia um movimento que o leva a alienação, entendida aqui em sua relação com o processo histórico e social e não como manifestação de uma personalidade carnavalizada, esquizofrênica, pessimista ou trágica.

Assim, seja por meio do narrador, que, onisciente, nos revela em diversos momentos inclusive os pensamentos do protagonista, seja pela continuação da trama, que nos apresenta um personagem exuberante em suas práticas de consumo, empréstimos de dinheiro e investimentos malsucedidos, parece suficientemente claro que, em matéria de capitalismo, o protagonista do romance se mostra, realmente, um “ignaro”, para usar um adjetivo atribuído a ele pelo filósofo logo no início da narrativa. Torna-se operante evidenciar que junto a esse amadorismo capitalista de Rubião pululam, de um lado, a comédia do “homem livre” no Brasil do Segundo Reinado e, de outro, o capricho e a crueldade muito bem ficcionalizados na produção romanesca de Machado de Assis.

Do capricho à crueldade: a comédia do “homem livre”

A crítica literária, bem como a própria literatura, já problematizou a figura do escritor enquanto leitor não somente de textos outros, no sentido mais estreito do termo, mas também dos mecanismos sociais que marcam determinada cultura em um tempo e espaço específicos. Ressalvadas as possíveis diferenças, Roberto Schwarz (2014), em “O

sentido histórico da crueldade em Machado de Assis”, procura ressaltar a forma por meio da qual Assis leu a presença da crueldade na sociedade capitalista e periférica do Brasil oitocentista. Tomando como base *Memórias póstumas*, o crítico afirma que a crueldade no romance de 1881 vai sendo problematizada e desvelada ao longo da obra por circunstâncias, personagens, narrador e leitor (figura muito bem demarcada no contexto ficcional machadiano). Ao fazer isso, segundo Schwarz (2014), o escritor imprime um sentido histórico à crueldade, tendo em vista que o comportamento de Brás Cubas e outras personagens revela, por extensão, os desajustes presentes na constituição social do Brasil e no modo como se instituiu uma política do poder exercida pela classe dominante em relação aos pretos escravizados e aos brasileiros livres, mas dependentes.

Podemos dizer, sem generalizações, que esse aspecto está de certa forma ficcionalizado em outros romances de Assis, a exemplo de *Quincas Borba*. Ao tratar das passagens sobre Brás Cubas e a coxa Maria Eugênia, personagens do livro de 1881, Schwarz (2014, p. 65) declara que “as circunstâncias, os protagonistas e o obstáculo social fazem esperar uma complicação romântica, a qual desponta, mas é encerrada por um desfecho de outro caráter”. Perspectiva semelhante pode ser usada para tratarmos de Rubião, protagonista de *Quincas Borba*: ele é um homem pobre e interiorano – um professor de Barbacena – que, por conta de sua ingênua bondade, faz-se cuidador e companheiro do rico Quincas Borba em seu leito de morte, tornando-se, por circunstância, herdeiro da fortuna de Quincas.

Aqui, poderíamos ter uma história romântica de superação: um homem livre enriquecendo por suas ações morais e pela elevação de seu caráter. Entretanto, Machado opta por uma anedota irônica: Quincas Borba faz de Rubião seu herdeiro não por estimá-lo ou prezá-lo mais do que outros, mas por considerar que sua atitude chocaria e irritaria seus conhecidos pares da classe da qual fazia parte, mas que eram incapazes de ter por ele a dedicação demonstrada por Rubião. Assim, a aparente gratidão transmigra para outro extremo e se torna fruto de uma intencional chacota e vingança. Por seu elevado nível intelectual e social, Quincas, mesmo dependendo dos cuidados de Rubião, zomba dele sempre que possível, utilizando-se de palavras e expressões desconhecidas pelo outro para humilhá-lo sem que ele se dê conta disso, a exemplo da carta que Borba endereça ao amigo:

“Quem sou eu, Rubião? Sou santo Agostinho. Sei que há de sorrir, porque você é um ignaro, Rubião; a nossa intimidade permitia-me dizer palavra mais crua, mas faço-lhe esta concessão, que é a última. Ignaro!” (ASSIS, 2012, p. 61).

É interessante pensar aqui na diferença de tratamento dispensada por Quincas Borba a Rubião e a outro antigo amigo seu, Brás Cubas. Esse último, mais abastado do que Quincas Borba, demonstra pela filosofia de Quincas – o Humanitismo – por vezes mesmo grau de desinteresse e incompreensão que Rubião, mas sempre é tratado por Quincas como alguém de intelecto superior cujas dúvidas merecem ser sanadas. A Rubião resta a gentileza de, ao ser xingado, receber como alcunha uma palavra desconhecida por si e que não pode, portanto, ofendê-lo de imediato. Entretanto, a diferença entre o professor e o homem abastado não fica apenas no âmbito do discurso de cada um deles. Conforme Schwarz (2014, p. 67), várias personagens de Assis ilustram a “a situação do homem livre e pobre no Brasil escravista”. Por extensão,

Não sendo proprietários nem escravos, estas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante. O seu acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetiva somente através da benevolência eventual e discricionária de indivíduos de classe abonada. Assim, se não alcançam alguma espécie de proteção, os homens pobres vivem ao deus-dará, sobretudo cortados da esfera material e institucional do mundo contemporâneo (SCHWARZ, 2014, p. 67-68).

Temos aí uma reflexão crítica que, não forçosamente, pode ser associada à figura do professor. Não sendo proprietário nem escravo – “Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista” (ASSIS, 2012, p. 47) – , seu único modo de ter acesso aos bens da civilização burguesa – viagem ao Rio de Janeiro, casa própria, bom vestuário, boa alimentação, elementos de arte e cultura – é por meio da benevolência de um indivíduo da classe abonada – Quincas Borba. Sela-se, aí, o caráter desequilibrado da relação entre os dois: Rubião não é tão sujeito quanto Quincas, pois, para este, Rubião é também objeto, à mercê de cuja bondade se encontra independentemente de suas ações – sua classe social o determina. Como afirma o próprio narrador: “mais vale quem Deus ajuda, do que quem cedo madruga” (ASSIS, 2012, p. 68).

Explicando a lógica cruel que perpassa esse fato social – o de que, para os brasileiros pobres e “livres”, o acesso aos bens da civilização ocidental depende de atos de bondade de proprietários ricos –, Schwarz (2014) aponta que, ao garantir à classe abonada tanto poder, a sociedade brasileira fez dela caprichosa e vil: a burguesia pode usufruir das vidas de pessoas mais pobres, utilizando-as a seu bel-prazer, porque guarda em suas mãos a única possibilidade de essas pessoas viverem bem. Os constituintes da burguesia passam a possuir as pessoas pobres, que necessitam agradá-los de alguma maneira para sair da miséria. Por isso, “não há exagero [...] em afirmar que o favor pessoal [...] vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país [...] [e que] o leque dos destinos disponíveis [...] é, para a parte proprietária, o campo das opções oferecidas ao exercício do capricho” (SCHWARZ, 2014, p. 68). Além disso, há o sentido exaltado de si própria que a sociedade capitalista permite que a burguesia desenvolva e que, segundo Schwarz (2014), relega aos pobres ainda maior desproteção: não só suas vidas estão à mercê dos caprichos da burguesia como também aqueles que constituem essa classe e detêm, portanto, poder sobre a sociedade e sua estrutura acreditam que há em si alguma supremacia que os faz merecedores do que possuem, a qual não existe naqueles que não fazem parte de sua classe. É uma supremacia imaginária que, com a indulgência do capitalismo, transforma-se em poder efetivo e material.

Não por acaso, o capricho é tema recorrente em *Quincas Borba* e podemos observar seu exercício nas ações de várias personagens. Temos primeiro, como já afirmado anteriormente, o capricho do próprio Quincas Borba, que, ao fazer de Rubião herdeiro de sua fortuna, vai contra os desejos de outros membros de sua classe, utilizando-se da vida e do destino de Rubião como instrumentos para sua própria vingança individual. Depois, ainda na relação do “benfeitor” com o “beneficiado”, temos a condição imposta por Quincas em seu testamento: Rubião só seria dono de suas riquezas conquanto se comprometesse a cuidar, da melhor maneira possível e por toda a vida, do cachorro do filósofo, homônimo deste. Conforme a narrativa,

Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás [...]. Era nomeado herdeiro universal do testador. [...] tudo finalmente passava às mãos de Rubião, sem desvios, sem deixas a nenhuma pessoa, nem esmolas, nem dívidas. Uma só condição havia no testamento, a de

guardar o herdeiro consigo o seu pobre cachorro Quincas Borba [...]. Exigia do dito Rubião que o tratasse como se fosse a ele próprio testador, nada poupando em seu benefício, resguardando-o de moléstias, de fugas, de roubo ou de morte que lhe quisessem dar por maldade; *cuidar finalmente como se cão não fosse, mas pessoa humana* (ASSIS, 2012, p. 66, grifo nosso).

Assim, o professor se torna dono da fortuna de Quincas, mas este não faz dele rico antes de, por capricho, conceder-lhe a obrigação de cuidar de seu cachorro, da melhor maneira possível, até depois de sua morte. A partir da passagem destacada na citação anterior, podemos pensar na crueldade não só de Quincas, que trata o cachorro com maior carinho, garantindo a ele mais dignidade do que a Rubião – que se torna objeto, inclusive, dos caprichos do cachorro, já que do bem-estar dele depende a permanência da posse de Rubião sobre a fortuna, ou seja, sua permanência na condição de homem aparentemente livre, com acesso aos bens da civilização –, mas do próprio narrador, que atribui ao cachorro personalidade mais complexa e pensamentos mais humanos do que à figura do professor, assim como observamos no seguinte excerto do Capítulo XXVIII:

Mas já são muitas ideias – são ideias demais; em todo caso são ideias de cachorro, poeira de ideias – menos ainda que poeira, explicará o leitor. Mas a verdade é que este olho que se abre de quando em quando para fixar o espaço, tão expressivamente, parece traduzir alguma coisa, que brilha lá dentro, lá muito ao fundo de outra coisa que não sei como diga, para exprimir uma parte canina, que não é cauda nem as orelhas. Pobre língua humana! (ASSIS, 2012, p. 81-82).

Cruel é também o modo como o narrador trata a morte de Rubião e, em seguida, a do cachorro. A Rubião é reservada a troça: antes de morrer, está completamente pobre, morando nas ruas, e, em devaneio, coroa a si mesmo com “uma coroa que não era, ao menos, um chapéu velho ou uma bacia, onde os espectadores palpassem a ilusão. Não, senhor; ele pegou em nada, levantou nada e cingiu nada” (ASSIS, 2012, p. 343). À sua morte de fato são reservadas três linhas no penúltimo capítulo do romance, sem contar no tom sarcástico adotado pelo narrador: “– Guardem a minha coroa – murmurou. – Ao vencedor.../ A cara ficou séria, porque a morte é séria; dois minutos de agonia, um trejeito horrível, e estava assinada a abdicação” (ASSIS, 2012, p. 343-344). À morte do cachorro, por sua vez, é reservado um capítulo

inteiro, o último do livro, e uma reflexão que, por si mesma, ressalta a desproporção de importância entre a vida do “beneficiado” e do animal:

Queria dizer aqui o fim do Quincas Borba, que adoeceu também, ganiu infinitamente, fugiu desvairado em busca do dono, e amanheceu morto na rua, três dias depois. Mas, vendo a morte do cão narrada em capítulo especial, é provável que me perguntes se ele, se o seu defunto homônimo é que dá título ao livro, e por que antes um que outro – questão preme de questões, que nos levariam longe... Eia! chora os dois recentes mortos, se tens lágrimas. Se só tens riso, ri-te! É a mesma coisa (ASSIS, 2012, p. 344).

Sob a égide de Schwarz (2014, p. 80), a existência dessa desarmonia é proposital e “expressiva também da assimetria da relação social” entre as personagens. Um cachorro amado por um homem rico vale mais do que um homem pobre a quem um rico fez um favor. Essa questão está, de certa forma, refletida logo no título do romance. Diferentemente do que ocorre em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1899), *Quincas Borba* (1891) revela, desde o título, o problema do descompasso das relações sociais no Brasil oitocentista. Da trilogia, este é o único romance cujo protagonista, Rubião, é um homem que fica rico em virtude do favor de um terceiro, não por nascimento, em oposição ao contexto social em que se inserem Brás Cubas e Bento Santiago. O professor se torna um homem de posses, mas continua sendo visto como indigno e não pertencente à alta sociedade por aqueles que a constituem desde sempre.

Rubião, portanto, não dá nome ao livro que narra sua vida e não recebe o direito de narrar a própria história: da trilogia, este é também o único livro com um narrador em terceira pessoa. Ambivalentemente, há duas opções, portanto, quanto ao título do romance: ele é homenagem a Quincas Borba, o inventor do Humanitismo, este, sim, homem rico de nascimento, que morre ainda nas primeiras páginas do livro, ou é homenagem a Quincas Borba, o cachorro amado pelo homem rico a ponto de receber dele a honraria de levar seu nome. Seja qual das opções for a mais adequada, tanto homem morto, mas rico, quanto cachorro são mais dignos socialmente de terem seu nome inscrito na capa do romance do que Rubião, o “homem livre”.

Enquanto sujeito representante de uma classe dependente, Rubião morre louco, sozinho nas ruas, repetindo a máxima inventada por seu benfeitor, Quincas Borba: “ao vencido, ódio ou compaixão, ao

vencedor, as batatas” (ASSIS, 2012, p. 56). Em seu delírio, julgando-se Luís Bonaparte (Napoleão III), Rubião não se percebe vencido, despojado de seus bens, seus amigos e sua sanidade. A ironia, aqui, não está somente no fato de Rubião se julgar vencedor, merecedor, portanto, das tais batatas, mas no fato de que, sendo ele o vencido, não lhe reste, como premissa, sequer o ódio ou a compaixão. As demais personagens do romance, as quais usufruíram de seu dinheiro, veem sua morte com indiferença ou sequer ficam sabendo dela. Já o narrador zomba-lhe da morte e o leitor, por sua vez, é convidado a prantear por ele se achar possível, do contrário, que se ria – atitude diametralmente oposta tanto ao ódio quanto à compaixão.

Considerações finais: Machado para além dos manifestos

Ao longo de nosso estudo, procuramos nos afastar da tentativa de abarcar *Quincas Borba* (1981) como um todo, resumi-lo, porque isso seria reduzi-lo, enclausurá-lo a uma única perspectiva de leitura, o que, a nosso ver, não seria o mais acertado. Buscamos, assim, (re)apresentar Machado de Assis e sua obra, localizando-os no tempo e no espaço em que o projeto intelectual do escritor foi levado a cabo, sem desconsiderar a contribuição do romancista na leitura de nosso presente. A partir de Giorgio Agamben (2009), acreditamos que Machado tenha sido um intelectual contemporâneo, assim como suas obras são também contemporâneas, já que nelas ressoam questões atemporais que possibilitam uma leitura crítica do seu tempo e da nossa sociedade. Nas palavras do filósofo italiano, “pode-se dizer contemporâneo quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever nessas a sua parte da sombra, a sua obscuridade” (AGAMBEN, 2009, p. 63-64).

Seguindo o postulado de Agamben (2009), falamos de um Machado de Assis que, como bem ressaltou Schwarz, conseguiu captar em sua ficção o processo formativo da vida social brasileira, sem necessariamente recair no exotismo ou nas pitorescas imagens típicas dos romances urbanos oitocentistas. Com Rubião, Machado ficcionaliza a comédia do desconcerto vivido quando o assunto é a constituição de um caráter nacional. Com *Quincas Borba*, Machado caricaturiza ironicamente muitos pensamentos que leram o mundo desconsiderando o confronto com a realidade (material) circundante. Com o casal Palha, Machado traz à cena o capricho e a crueldade incrustados,

ainda que velados, nas atitudes de homens e mulheres liberalistas do século XIX. Com o narrador, essa instância não referenciada enquanto personagem da trama, o escritor nos surpreende quando se dirige a nós, reclamando a presença de leitores ativos e atentos, questionando os pensamentos e as atitudes das suas personagens, possibilitando, por fim, uma imagem não dicotômica da sociedade brasileira.

Quincas Borba (1892), ainda que pouco discutido com relação a outros romances machadadianos, a exemplo de *Memórias póstumas* (1881), é um desses romances que, com certa presteza, escreve em suas entrelinhas uma crônica social da antiga corte, fazendo da literatura de seu autor um verdadeiro manifesto em um tempo em que talvez fossem eles não muito aceitáveis por serem claros demais. Por meio de uma anedota ácida e irônica, o Bruxo do Cosme Velho parece nos garantir duas possibilidades, dentre muitas outras: a de que ríamos com ele ou a de que ele ria de nós, coisa que os manifestos, quase sempre muito rígidos e evidentes, infelizmente não permitiriam.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009, p. 55-73.

ARROJO, Rosemary. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. In: LEITE, Aluizio et al. (Orgs.) *Machado de Assis: obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015. v. 3. p. 1.177-1.184.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BORGES, Jorge Luis. A memória de Shakespeare. In: BORGES, Jorge Luis. *Nove ensaios dantescos & A memória de Shakespeare*. Tradução de Eloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 92-102.

BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor do Quixote. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Tradução de Davi Arriguci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 34-45.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 30, p. 111-29, 1991.

CANDIDO, Antonio. Esquema Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 15-32.

CASTRO, Andrea T. De amores desmedidos e narradores irônicos: a (anti) heroína romântica e a quebra do lugar-comum. *Revista Criação & Crítica*, n. VII, 2011, p. 1-14.

DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução relevante? Tradução de Olívia Niemeyer Santos. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, p. 13-44, 2000.

EULÁLIO, Alexandre. A estrutura narrativa de *Quincas Borba*. In: LEITE, Aluizio et al. (Orgs.) *Machado de Assis: obra completa em quatro volumes: fortuna crítica; romance*. São Paulo: Editora Nova Aguillar, 2015, p. 113-117. vol. 1.

FARIA, João Roberto. Machado tradutor de teatro. In.: GUERINI, Andréia; FREITAS, Luana Ferreira; COSTA, Walter Carlos (Orgs.). *Machado de Assis: tradutor e traduzido*. Florianópolis: PGET/UFSC, 2012. p. 45-56.

FERNANDES, Marcos Aurélio Cordeiro. A herança de rubião. *O eixo e a roda: Revista de literatura brasileira*. v. 16, p. 111-128, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Quincas Borba e o leitor dissimulado. In: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin; Edusp, 2004. p. 149-166.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAFRA, Adriano; SCHRULL, Munique Helena; LIMA, Ronaldo. Joaquim Maria Machado de Assis [Verbete publicado em 17 de fevereiro de 2012]. In: GUERINI, Andréia et al. (Orgs.). *Dicionário de tradutores literários no Brasil*. Florianópolis: Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução (NUPLITT), 2005-2007. n.p. Disponível em: <https://www.dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/JoaquimMariaMachadodeAssis.htm>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Tradução de Eloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTIAGO, Silviano. Solidariedade do aborrecimento humano. In: FANTINI, Marli. *Crônicas da antiga corte: literatura e memória em Machado de Assis*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 25-57.

SCHWARZ, Roberto. O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis. *In*: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 65-80.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *In*: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a, p. 09-32.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.

SCHWARZ, Roberto. Duas notas sobre Machado de Assis. *In*: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 165-178.

VERISSIMO, José. Às segundas-feiras: Um novo livro do Sr. Machado de Assis. *Jornal do Brasil*, RJ, Ano 11, n. 11, 11 jan. 1892.

Recebido em: 31/08/2022

Aprovado em: 27/02/2023